

AS DINÂMICAS ESCOLARES ACERCA DA EXCLUSÃO DE GÊNERO: as mulheres trans no ensino básico

Deyvison Kaycky de Melo Lucena¹Bruna Eduarda de Melo Ramos²Maria Cecília Vicente Gonçalves³Maria Fernanda Alves de Menezes⁴Maria Luzinete M. do Nascimento⁵Rosineide Maria Gonçalves⁶

RESUMO

O presente estudo está engendrado com a temática de gênero e sexualidade, realizando um recorte sobre a realidade educacional multifacetada que atravessa a vida de mulheres trans no ensino básico. O artigo objetiva analisar a produção e reprodução do processo de exclusão das mulheres trans através da compreensão das dinâmicas escolares e suas relações de poder, buscando apreender a gênese dos índices de evasão simbólica e material no espaço escolar. A metodologia empregada é de cunho qualitativo, debruçando-se sobre teóricos que possam aportar e subsidiar a análise. O tipo de estudo é exploratório-explicativo, visando lançar luzes para a compreensão da temática bem como responder a problematização sobre a exclusão das mulheres trans. O estudo busca realizar uma análise bibliográfica com a literatura científica disponível, sem pretensão de esgotar a temática, através de alguns(as) autores(as) como Michel Foucault, com a sua teoria da “microfísica do poder”, Guacira Lopes Louro, com sua produção e conceituação sobre gênero e sexualidade, e teóricos da educação como Cipriano Luckesi e Paulo Freire, para a compreensão das possibilidades e dinâmicas do espaço escolar na (re)produção ou transformação social. Conclui-se que o ambiente escolar suscita o levantamento de questionamentos acerca da sua própria condição produtora e reprodutora de exclusão dos sujeitos, em específico as mulheres trans, que não comportam os padrões normativos estabelecidos pela escola e o escopo mais amplo em que ela está circunscrita: a sociedade. O presente trabalho justifica-se pela relevância social de desvelar uma realidade que por muito tempo encontrou-se e encontra-se silenciada pelas forças opressoras, reclamando por ser compreendida e transformada, somente com o entendimento desvencilhado de preconceitos pode-se alçar voos maiores para uma efetiva transformação social.

Palavras-chave: Gênero, sexualidade, mulheres trans, exclusão, educação escolar.

¹ Graduando do Curso de História da Asces-Unita, 2024139283@app.ascses.edu.br ;

² Graduanda do Curso de História da Asces-Unita, 2025139321@app.ascses.edu.br ;

³ Graduanda do Curso de História da Asces-Unita, 2024139287@app.ascses.edu.br ;

⁴ Graduanda do Curso de História da Asces-Unita, 2025139290@app.ascses.edu.br ;

⁵ Graduanda do Curso de História da Asces-Unita, 2025139289@app.ascses.edu.br ;

⁶ Professor orientador; Licenciada em História e Mestra em Serviço Social, Asces-Unita, rosineidegoncalves@app.ascses.edu.br.



INTRODUÇÃO

O presente artigo busca explorar um impasse que ainda se faz presente nas escolas da contemporaneidade, o que ressalta a sua importância e urgência de investigação. Assim sendo, com a revisão sistemática da literatura, debruçamo-nos na problemática de dinâmicas escolares que, por vezes, são (re)produtoras de desigualdades e exclusão das mulheres trans no ensino básico.

A escola apresenta-se como um “espaço de poder” que tende a (re)produzir o projeto societário vigente. Logo, é importante a reflexão sobre como as escolas estão dispostas e quais tipos de seres humanos queremos criar para o futuro. Deseja-se criar um ser humano ético para com as diferenças ou não? Refletir é fundamental, pois “quem não pensa é pensado por outros”(Luckesi, 1994, p. 25).

Compreende-se que, tanto no espaço escolar quanto na sociedade, “faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação”(Freire, 2021, p. 35). Neste trabalho o objetivo foi analisar na produção bibliográfica sobre a escola, suas dinâmicas e relações de poder geradoras de produção e reprodução de exclusão das mulheres trans, buscando apreender a gênese dos índices de evasão simbólica e material no espaço escolar.

O ambiente escolar, muitas vezes, reforça uma dinâmica excludente e violenta para todas aquelas pessoas que não se enquadram nos padrões heteronormativos. Assim sendo, esse “modelo” é imposto pela sociedade e desemboca na escola com práticas pedagógicas, cotidiano escolar, dinâmicas e relações que provocam evasão. Conforme pesquisa publicada pela UNAIDS Brasil (2020), na atividade que compõe parte do dia da visibilidade trans, mais de 90% da população trans sofreu discriminação por conta de sua identidade de gênero.

Além disso, a vulnerabilidade social se intensifica com a ausência de educação de qualidade. A partir de dados levantados por meio de entrevistas da referida pesquisa, 73,4% não estão na escola e apenas 16,5% afirmam ter ensino superior completo. Em outras palavras, poucas chegam à universidade e muitas são deixadas para trás na educação básica. Enquanto 30,6% das pessoas cishetero afirmam ter concluído o ensino superior, apenas 30,6% da população trans chegou ao ensino fundamental UNAIDS Brasil (2020).

A realização deste estudo se justifica socialmente pela possibilidade chamar a



atenção para os professores e demais profissionais de educação sobre a problemática de exclusão dessa população e ajuda na sensibilização no sentido de minimizar os efeitos discriminatórios, construindo uma comunidade escolar consciente dessas chagas sociais. Além disso, contribui para a solidificação de um espaço escolar mais atento à diversidade, pautado na eticidade e no respeito ao ser humano. Assim, pretende-se desvelar uma realidade que, por vezes, é silenciada, bem como questionar o espaço escolar, já que desde cedo a escola, para crianças e adolescentes, “informa a todos a sua razão de existir”(Louro, 1997, p. 58).

Assim, o artigo está organizado trazendo na primeira seção do referencial teórico a discussão dos conceitos: gênero, sexualidade e mulheres trans. Seguido da apresentação resultante da investigação sobre as dinâmicas escolares, as relações de poder e a exclusão sofrida pela mulher trans. Na segunda seção, é realizada a revisão da literatura e sua discussão. Por fim, são tecidas as considerações finais.

METODOLOGIA

A metodologia empregada é de cunho qualitativo, debruçando-se sobre teóricos que possam aportar e subsidiar a análise. O tipo de estudo é exploratório-explicativo, visando lançar luzes para a compreensão da temática bem como responder a problematização sobre a exclusão das mulheres trans.

O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática. Assim, para sua realização aplicou-se os procedimentos PRISMA para seleção e análise das publicações mais relevantes sobre a exclusão das mulheres trans no âmbito educacional. Nesse viés, duas bases de dados foram utilizadas: SciELO e Lilacs. Os critérios de elegibilidade foram: a) publicações dos últimos cinco anos, b) escritas em Português, Inglês ou Espanhol (necessário ampliar, devido a escassez de estudos em Português) e c) estar circunscrito na interseção dos estudos em educação, gênero e sexualidade com a problemática de pesquisa.

Os descritores utilizados para a pesquisa e os operadores booleanos foram: a) "mulheres trans" OR "mulher trans" OR "transgênero" OR "trans" AND "Educação" OR "Educação básica" OR "escola". Os critérios de inclusão foram: a) disponíveis de forma gratuita, b) ter pelo menos um descritor no título ou c) apresentar ligação com a temática. Nesse caso, houve a leitura integral dos artigos para a inclusão ou não.



REFERENCIAL TEÓRICO

1. GÊNERO E SEXUALIDADE

A conceituação de gênero está inserida nas lutas e debates da segunda onda do movimento feminista, que ocorreu no final da década 60. Além das lutas sócio-políticas, o movimento buscou dar visibilidade à produção teórica das mulheres, por meio da publicação de livros, em artigos de jornais ou revistas. Para Guedes (1995) buscou-se poder responder às inúmeras provocações por parte dos homens que seguiam reafirmando a assimetria do masculino e feminino na sociedade.

Ou seja, a estratégia era dar visibilidade ao tema, apresentando a resposta a uma sociedade pautada na hierarquização de homens e mulheres. Entender o que era gênero e suas relações com o poder, era fundamental para a refutação e reconstrução da sociedade em novas bases.

Joan Scott pontua que “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas distinções percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”(Scott, 1995, apud Guedes, 1995, p. 10). Portanto, o gênero é constituído/constitui as práticas e as relações entre pessoas nas instituições e/ou no cotidiano. É político, pois trazia “legitimidade” para ações que se pautam na diferença sexual. O que se tem como “homem” ou “mulher” é uma construção social. A compreensão do gênero como construção social e elemento central nas relações de poder é fundamental para analisar as dinâmicas de exclusão e identidade, especialmente no que tange às experiências das mulheres trans no contexto educacional.

No bojo dessas representações, nasce adjunta a geração e normalização das desigualdades, sendo este um processo construído entre os seres humanos, ou seja, não é natural. O caráter social do feminino e masculino não é essencialista, isto é, à priori, mas é um processo feito na História. E essa edificação é marcada pela pluralidade, sendo um grande mosaico os dois pólos aparentes.

Segundo a historiadora Guacira Lopes Louro (1997), a identidade de gênero é a maneira como os indivíduos se identificam e são constituídos por essa construção, isto é, com as práticas sociais e papéis daquilo que se diz “homem”/”mulher”. Essa identificação pode ocorrer atrelada ao sexo ou não. Se for, diz-se cisgênero e senão transgênero. As



identidades dos sujeitos são produzidas no cotidiano e nas instituições como escola, igreja, trabalho, etc.

Portanto, o que seria uma mulher trans? O indivíduo que nasce com o sexo biológico masculino, mas que não tem sua identidade de gênero atrelada ao que a sociedade diz ser o padrão: “homem”. Assim, relaciona e interioriza as práticas sociais e significados atrelados ao “ser mulher”. Essa identidade não é a representação normatizada pela sociedade para os indivíduos do sexo masculino, ocasionando fatores como preconceito, discriminação e exclusão.

A identidade sexual é uma esfera relacionada ao gênero, sendo comum sua confusão conceitual. Sexualidade é a forma como o indivíduo se conecta e usufrui do outro de forma romântica, podendo ter práticas diversas conforme sua preferência. Gênero e sexualidade estão atrelados, pois ao utilizar da sua sexualidade os indivíduos costumam se ver como masculinos ou femininos e vice-versa, definindo aspectos da identidade de gênero. Sobre isso, pontua Guacira que a identidade sexual se define:

através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero (Louro, 1997, p. 26).

2. AS DINÂMICAS ESCOLARES, RELAÇÕES DE PODER E EXCLUSÃO

De acordo com o Dicionário Aurélio, o termo "dinâmica" (Ferreira, 2010, p. 255) significa “forças produtivas”, enquanto o termo "escola" (Ferreira, 2010, p. 303) refere-se ao espaço escolar ou ao aluno. Sendo assim, em sua união, as "dinâmicas escolares" nesse trabalho tem o sentido de ser: todas as relações, espaços e possibilidades na construção de convivências e subjetividades entre os sujeitos, formando seu pensamento e, fundamentalmente, seu comportamento.

Destarte, faz-se imperioso o questionamento: se a escola constrói ideias, culturas e a moralidade, que tipo de dinâmicas temos? Segundo Kohan(2000), a escola é um espaço de uso e regulação de mecanismos e técnicas que conformam os sujeitos, suas formas de ser, pensar e se relacionar com o outro. Expõe que “Nesse espaço, os indivíduos aprendem a observar-se, a analisar-se, a decifrar-se, a reconhecer-se e saber sobre si



mesmos, num jogo de verdade específico”(Kohan, 2000, p. 150.)

Além disso, as relações de poder nesse âmbito não se dão apenas de forma unidirecional e centralizada, mas de maneiras múltiplas (verticais ou horizontais) através do exercício do poder, isto é, da ação nas relações dos indivíduos, conforme Louro(1995). Nas pequenas relações essa “microfísica do poder” se materializa, ou seja, nas dinâmicas escolares.

A escola é um ambiente pedagógico que molda a ação e comportamento do sujeito desde a relação que o estudante tem com o professor e colegas em sala até todos os demais servidores. E qual seria o árbitro da modelagem? O jogo de verdade específico que Kohan cita, preponderante na sociedade: homem e mulher cis e heterossexuais. A escola não é isolada da sociedade, mas uma instância que reflete suas ideias, concepções e projetos políticos (Luckesi, 1995).

A escola, conforme Foucault, seria uma das instituições disciplinares que “produziram uma maquinaria de controle que funcionou como o microscópio do comportamento”(1975, p. 145). Uma instituição em plena vigília sobre as possibilidades de ser-existir do indivíduo, estabelecendo normas e diretrizes de funcionamento, dissimuladas em seu cotidiano e nos itinerários formativos. Justamente nessa forma dissimulada ocorrem os processos de exclusão, pois “o que pertence a penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios”(Foucault, 1975, p. 149).

Ser uma mulher trans, numa sociedade patriarcal e machista, é uma afronta ao projeto da heteronormatividade cis imposto pela sociedade e materializado nas pequenas relações do cotidiano escolar. Assim, a mulher trans não se vê nas representações, nas aulas, nas paredes com imagens, figuras e trabalhos escolares, sendo excluída no nível cultural - simbólico. Essa pressão do poder disciplinar para adequar-se à norma tem, por exemplo, materialidade na proibição de uso dos banheiros femininos ou nas ridicularizações por professores e colegas.

Em última instância, a exclusão simbólico-material é mais uma causa na estatística de evasão escolar na educação básica. Com a BNCC, observa-se um discurso inclusivo às diversidades, mas a prática no chão escolar demonstra-se, por vezes, outra.

A BNCC reconhece a diversidade como constitutiva da sociedade brasileira e afirma o direito de todos os estudantes à aprendizagem, sem discriminação de qualquer natureza. Isso implica considerar diferenças relativas à etnia, raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero,



convicções religiosas, entre outras, como elementos que compõem a realidade dos estudantes e devem ser acolhidos pela escola. (BRASIL, 2018, p. 9-10)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação dos descritores, foram encontrados 185 artigos nas duas bases de dados. Após os critérios de elegibilidade a) e b), 117 artigos foram selecionados. Por conseguinte, após a efetuação do critério c), 98 artigos foram excluídos e 19 foram selecionados. A quantidade expressiva de trabalhos excluídos estavam circunscritos na área da saúde, relacionando com problemáticas específicas dessa área do saber.

Os 19 artigos selecionados foram lidos integralmente e passaram pelos critérios de inclusão a) e b), sendo selecionados 14 artigos. Por último, após a aplicação do critério c) onde foi avaliado a conexão com o tema e problemática, teve como resultado a inclusão de 7 artigos para a discussão do estado da arte.

A partir da análise realizada pela revisão, observa-se que há poucos trabalhos publicados nos últimos cinco anos que abordam o tema e a problemática de pesquisa. Ademais, no processo de elegibilidade, foram consideradas três línguas para uma maior abrangência. Os dados coletados revelam que a maioria dos estudos se encontram na área da saúde, sendo ínfimos os que estudam a realidade educacional.

Cecília Espana-Chico et. al. (2023), traz como contribuição uma perspectiva que aborda a maneira em que a sociedade está atravessada pela imposição da normalidade: as identidades e práticas sexuais socialmente aceitas. O estudo é realizado a partir do caso de uma menina trans de 6 anos em uma escola primária na Espanha. Assim, se percebe que essa “imposição” está presente na escola, dissolvida em três níveis: a) macro (instituição-legislação), b) meso (escola) e c) micro (relações sociais).

Destarte, essas três esferas compactuam para a forja das dinâmicas e processos de exclusão, seja pela legislação insuficiente, a resistência escolar em aceitar a diversidade ou a violência físico-simbólica do cotidiano. O questionamento do modelo normativo recaí em discriminação e, por conseguinte, resulta na exclusão, visando a coerção para adequação à norma. A ótica abordada por Cecília Chico pode ser correlacionada à concepção de poder disciplinar em Foucault (1997), supramencionada, controlando o comportamento considerado adequado ou não, impactando na vida da aluna.

Soares e Silva (2025) fornecem uma ampliação do estudo, realizando a



investigação do trânsito escolar da professora Sayonara Nogueira, passagem marcada por discriminação, exclusão e violência desde o primário até sua formação docente. Nesse viés, compreende que o cotidiano escolar é um lócus de luta e embate pela produção de sentidos, valores e subjetividades. Conforme o padrão binário delegado pela sociedade, os indivíduos desde cedo transitam nesse jogo de poderes-fazeres. Em consonância, Louro (1997) expõe que, no ocidente, desde cedo a escola divide as pessoas, informando o lugar social de cada um e os limites de poder-ser.

Por vezes, Sayonara sofreu perseguição e repressão, enquanto aluna ou professora, fora e dentro do ambiente escolar, nas suas dinâmicas internas, a saber: piadinhas, preconceitos entre as/os colegas e professores(as) e até mesmo perseguição por parte da gestão escolar. As aulas de Educação Física, fortemente dicotômicas, eram um local de repressão à sua diversidade. No dia a dia, buscava brechas para se expressar, principalmente nas gincanas usando vestidos. O estudo é fundamental, pois reflete sobre a trajetória de uma mulher trans, desde sua formação básica até o ensino superior.

O artigo de Xavier e Vianna (2023), apresenta as experiências educacionais de pessoas trans a partir de 5 entrevistas distintas. Ela revela como o direito à educação, embora garantido constitucionalmente, ainda é negado a sujeitos que fogem da cisheteronormatividade, deixando-os expostos a violências simbólicas, físicas e institucionais desde a primeira infância. Os relatos destacam a exclusão e o abandono escolar motivados por transfobia, preconceitos estruturais e discriminação de gênero. Apesar disso, os sujeitos se mostraram resistentes, e por meio de projetos como o Transcidadania, encontram uma possibilidade de reconstrução de si por meio da educação, retomando os estudos e reivindicando seus direitos de forma esperançosa e ativa.

O texto também ressalta a importância de repensar as práticas pedagógicas e curriculares a partir das vivências de pessoas trans, pois elas desafiam a escola a abandonar padrões excludentes e desenvolver novos modos de convivência. A luta por acesso e permanência no âmbito educacional é demonstrada como forma de resistência, e a presença de trans nos espaços educativos como uma oportunidade de transformação social. O artigo, portanto, contribui para a denúncia da transfobia estrutural no sistema escolar e propõem a valorização de pedagogias de resistência que quebrem a lógica binária e normatizadora de gênero.



No artigo de Francisca Vilela da Silva et.al. (2021) apesar da pesquisa pertencer a área da saúde no sentido acadêmico, as autoras envolvidas buscam se enveredar pela temática educacional, em específico no que tange à entender como o corpo docente lida com a transgeneridade estudantil. Diante disso, evidencia-se nesse estudo que, anterior ao nascimento do indivíduo, o enquadramento em gênero é permeado por influências sociais e familiares hegemônicas. Paralelamente a essa observação, nota-se que o sujeito ao nascer é socialmente classificado dentro de um gênero, processo que pode ser compreendido à luz do conceito de “fato social” durkheimiano, descrito por Musse (2011) como algo exterior ao indivíduo, generalista e coercitivo, impondo normas a todos. Assim, aqueles que não se encaixam na “normalidade” estabelecida frequentemente são considerados uma “anomalia”, expondo-se a discriminações desde seus primeiros espaços de sociabilidade, como a família e a escola.

O termo "sexo" também não é impune da imposição social e conceitual, e é designado no nascimento, em concordância aos órgãos genitais do ser. Essas conceituações pré-estabelecidas são engessadas e não buscam entender a pluralidade dos sujeitos. Esse engessamento, quando rompido, expõe o sujeito a discriminações e à exclusão em seus primeiros espaços de sociabilidade que são: a família e a escola. Dessa forma, esses dois círculos de convivência esboçam um despreparo enraizado socialmente para lidar com a não heteronormatividade, perpetuando um ciclo de violências. Diante disso, a autora aponta que três coisas podem minimizar esse imbróglio: a sensibilização familiar, o diálogo entre os professores e a adoção de pedagogias reflexivas.

O estudo de Kuhlmeier, Goodkind e Willging (2021), feito a partir de entrevistas com profissionais da educação, mostra o quanto o ambiente escolar reproduz e mantém a exclusão de alunos LGBTQIAP+, incluindo pessoas trans. Por meio da pesquisa, de nível meso, os autores mostram que esses profissionais têm uma percepção limitada da presença de estudantes LGBTQIAP+, pois a identificação destes ocorre através de indicações subjetivas, como estereótipos de comportamento ou relacionamentos visíveis entre pessoas do mesmo gênero. Além disso, em boa parte das escolas, a estratégia adotada era de neutralidade, com a ideia de tratar todos igualmente, não considerando as necessidades e especificidades das minorias sexuais e de gênero.

Dessa forma, essa interpretação fundamenta narrativas institucionais de que há poucos estudantes LGBTQIAP+ e desresponsabiliza a escola de sua função social de



garantir a inclusão de todos. Logo, percebe-se que a omissão institucional das escolas frente a esse problema e, consequentemente, a escassez de políticas concretas de acolhimento e proteção não é um acaso, mas resultado de como as relações de poder se reafirmam no ambiente escolar, perpetuando a exclusão desses sujeitos. Identificar essas dinâmicas é fundamental para combater a marginalização sistemática da população LBGTQIAP+ no ensino básico e para uma revisão de forma crítica das práticas pedagógicas de formação docente e do corpo escolar.

O estudo conduzido por Jarpe-Ratner et al. (2024) destaca a importância a serem realizadas formações obrigatórias com profissionais para que possam apoiar estudantes transgêneros, não binários e de gênero não conforme, ressaltando a necessidade de capacitação docente para enfrentar o bullying e os desafios de saúde mental enfrentados por esses estudantes.

Já na pesquisa de Ramalho et al. (2024) descreve o processo de desenvolvimento e a validação de uma cartilha educativa para prevenir o bullying transfóbico, demonstrando a efetividade de materiais pedagógicos direcionados para a promoção de ambientes escolares mais inclusivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas escolares se apresentaram, nos artigos analisados, como uma ambiência fomentadora e reprodutora da exclusão em suas diversas tipologias. A escola é um lócus que afirma, em teoria, o respeito à diversidade, mas suas práticas internas destoam, muitas vezes, dos seus objetivos teórico-legais. Em consequência, é produzido um espaço pautado na resistência e perseguição que resulta em (sobre)vivências marcadas por discriminação, agressão e rejeição. Portanto, foi possível a compreensão qualitativa dos processos que permitem o agravamento dos dados de exclusão e evasão escolar presentes na pesquisa da UNAIDS. A situação das mulheres trans na educação básica é alarmante, necessitando medidas urgentes, tais como políticas públicas, para a inclusão, respeito e garantia do direito à educação.

Com o transcorrer da revisão foi possível notar a escassez de trabalhos que estudam essa realidade subjugada à normatividade. Os ínfimos trabalhos denunciam um cenário que ainda é silenciado e pouco compreendido pela sociedade, compactuando com a exclusão simbólica e, por falta de reflexão, retroalimentando a exclusão material dessas



mulheres no corpo social, (re)produzindo o ciclo. A questão, não esgotada, suscita novos estudos para a efetividade posterior de uma transformação nas dinâmicas escolares e do cenário educacional inclusivo à diversidade. Depreende-se que a educação é uma possibilidade para a mudança dessa grave realidade, pois através do trabalho educativo, entre todos os setores da escola, poderemos plantar as sementes para um amanhã com mais justiça social, respeito e diversidade.

AGRADECIMENTOS

Reconhecemos, com profunda gratidão, o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência pela possibilidade de mergulhar na educação, propiciando a produção acadêmica e o contato com a sala de aula. Estendemos nosso agradecimento à CAPES pela bolsa concedida para o fomento da pesquisa, essencial para o custeio de nossas atividades. Reconhecemos o apoio da Asces-Unita e das professoras supervisoras e coordenadoras do programa, alicerces na valorização docente através de sua dedicação, orientação, entre tantas outras vivências. Por fim, com imenso respeito, dedicamos esse trabalho a todas as pessoas que estiveram em nossas vidas e que, de alguma forma, contribuíram para chegarmos nesse momento. - especialmente aqueles que, debaixo de muito sol, ofertaram-nos sombra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CHICO, C. E; FUERTES, A. A. F; ROUCO, N. F. La normatividad de género en el entorno educativo: Un estudio de caso con alumnado transgénero. **Revista Electrónica Educare**, v. 27 , n. 3, p. 1- 21, set./dez. 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. Gênero: o que é isso? **Psicologia: Ciência e**



Profissão, v. 15, n. 1-3, p. 1-11, 1995.

JARPE-RATNER, Elizabeth; Bloedel, A.; Little, D.; Dipaolo, M.; Belcher, K.; Mangiaracina, M.; Marshall, B., Evaluation of a Mandatory Professional Development on Supporting Transgender, Nonbinary, and Gender-Nonconforming Students in Chicago Public Schools. **Revista Health promot pract**, 2024 Nov. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-37366650>.

KOHAN, Walter Oman. Subjetivação, Educação e Filosofia. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 18, n. 34, p. 143-158, jul./dez. 2000.

KUHLEMEIER, Alena; GOODKIND, Jessica R.; WILLGING, Cathleen E. Production and maintenance of the institutional in/visibility of sexual and gender minority students in schools. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 91, n. 4, p. 558–568, 2021.

LOURO, G. L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MUSSE, Ricardo. **Fato social e divisão do trabalho/ Émile Durkheim**. São Paulo: Editora Ática, 2011.

UNAIDS BRASIL. Mais de 90% da população trans já sofreu discriminação na vida. Brasília: Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, 2020. Disponível em: <https://unaid.org.br/2020/01/mais-de-90-da-populacao-trans-ja-sofreu-discriminacao-na-vida/?hl=pt-BR>. Acesso em: 14 out. 2025.

RAMALHO, M. N. de A., Educational booklet for preveting transphobic bullying at school, **Revista Eletrônica Scielo**, maio de 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/PZJpDpTZ7HyRwtvxqJPYzNK/?lang=en>.

SILVA, Francisca Vilela da et al. **A Transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 29, 2021.

SOARES, M. da C. S; SILVA, Daniel H. de O. “Resistência, currículo e subversão na educação”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 33, n. 1, 2025.

XAVIER, T. P. O; VIANNA, C. A Educação de Pessoas Trans*: relatos de exclusão, abjeção e luta. **Revista Electrónica Educação & Realidade**, v. 48, p. 1-24, mai. 2023.

